



Um olhar sobre a relação Estado-Comunicação

RAMOS, Murilo César; DEL BIANCO, Nelia R. (orgs). *Estado e Comunicação*. Brasília/São Paulo: Intercom, Casa das Musas, 2008.

De início, no prólogo, José Marques de Melo, referência na área de Comunicação Social no País e atual presidente da Intercom, pontua a importância de se sistematizar o debate sobre o tema Estado e Comunicação em livro. É o que se faz nesta obra, em doze artigos, que, além dessa sistematização, passam por possíveis idéias de organismos regulatórios, com diferentes e complementares construções, até a explanação de heranças conservadoras e paternalistas do período ditatorial na formulação cultural da sociedade acerca das normas dos códigos reguladores.

É nesta perspectiva histórico-cultural que os artigos se constituem, permitindo a leitura da obra num olhar panorâmico e, ao mesmo tempo, incisivo sobre desdobramentos da intervenção do Estado na Comunicação e vice-versa. Na apresentação, assinada pelos organizadores da obra, Murilo César Ramos e Nelia R. Del Bianco, propõem uma leitura diversificada sobre o tema, remetendo-o a pilares diferentes de países como França, Portugal, Espanha, México, África do Sul e Brasil. Eles propõem que, diante de sua magnitude, o tema seja contemplado em sua abrangência epistemológica, favorecendo a construção de uma visão atual da discussão sobre “aspectos cruciais como a construção de políticas públicas democráticas em tempos de liberalismo, a atuação de entidades reguladoras, o funcionamento de sistemas de controle dos fluxos informativos e de difusão cultural”.

O pesquisador César Bolaño inicia a discussão em “Uma introdução ao debate Estado e Comunicação”, em que diagnostica o próprio processo da comunicação como “instrumento de poder”, que, como tal, exerce um campo de luta estratégica no que se refere ao anseio de interesses de classes, no intuito de acumulação de capital. Nesse sentido, coloca o Estado como representante coletivo desses interesses, os quais são colocados para a sociedade numa dimensão nacional, sem qualquer debate democrático prévio. Bolaño esclarece ao longo do seu curto artigo reais conjecturas do entrelaçamento Comunicação e Estado.

Em seguida, Murilo César Ramos define o ambiente institucional vigente para a comunicação social brasileira como “regulamentarmente disperso e politicamente fragmentado”, o qual “ignora o valor social do trabalho e privilegia quase que exclusivamente a livre iniciativa”. É neste clima que reitera a dominação do Estado, complementando a idéia de Bolaño, por despolitizados interesses privado-comerciais. Ramos ainda indaga sobre a estratégia do poder do empresariado em, historicamente, no País, transformar uma questão política em técnica, como em 1962 o aposto de 52 vetos à Lei n. 4.117, que o então presidente João Goulart pretendia direcionar como Código Brasileiro de Telecomunicações. Trata-se de um mecanismo utilizado pelo grupo interventor do Estado até hoje, como se viu no engodo de debate sobre a TV Digital no Brasil. E o autor prossegue indicando a necessidade de um modelo institucional que resgate a natureza da comunicação social, a idéia de ela ser essencialmente pública.

É no artigo seguinte, de Sonia Virgínia Moreira, que a necessidade de sistematização de um órgão intervencionista que fiscalize democraticamente a comunicação ganha corpo. Sonia convoca a Intercom para se integrar com grupos já organizados de pesquisadores, como o Laboratório de Políticas de Comunicação (LapCom) e o Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologia das Comunicações (Gcom), a fim de que, juntos, coordenem a investigação, o registro e o armazenamento de dados sobre a legislação de comunicação e mídia, construindo um campo de referência para o estabelecimento de um marco regulatório para

“a comunicação eletrônica e, assim, tentar superar com o esforço conjunto essas zonas de controle da informação”.

O próximo passo do livro é dado por Luiz Alberto dos Santos, da Casa Civil da Presidência da República, sobre a ancoragem das políticas públicas de comunicação, intensificando a discussão de que as leis da área estão defasadas e que, por isso, o próprio marco regulatório seria gerado num ambiente inoportuno em relação à realidade que se quer regular.

Chegando à metade da coletânea, o pesquisador Francisco Sierra Caballero, da Universidade de Sevilha, aponta o estudo das políticas culturais e o fortalecimento de suas relações discursivas de criar reflexão acerca do capital cultural gerado pelos agentes encarregados de organizar socialmente esse aporte para a atividade produtiva. E a partir disso salienta que a administração pública deve proporcionar a abertura de espaços públicos, a formação ética da cidadania, a participação social e o desenvolvimento de uma cultura que prime pelo diálogo, elementos que, agora, adquirem maior amplitude e transparência em razão da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. O autor exemplifica com os modelos de países desenvolvidos.

Em “Not the developmental State: creating positive policy outcomes in South Africa”, a pesquisadora Alison Gilwald desenvolve uma extensa reflexão sobre o amadurecimento do Estado como órgão estratégico nas políticas de comunicação sul-africanas. Segundo ela, as já comentadas tecnologias da informação e da comunicação encerram um forte potencial de contribuição com as necessidades de desenvolvimento do Estado como um interventor democrático em seu país.

As conseqüências da liberação do sistema de comunicações da tutela do Estado, na França, há mais de 25 anos, são expostas pelo pesquisador Jean François Tétu, do Institut d'Études Politiques de Lyon, que aponta as contradições e problemáticas socioeconômicas enfrentadas pelos meios de comunicação em seu país, principalmente em decorrência da pressão do liberalismo econômico.

Os dois artigos seguintes são de autores mexicanos. O primeiro, “México: ausencia estatal y concentración en los

medios – Política comunicacional en manos de los consórcios”, é de Raúl Trejo Delarbre; o segundo, “Claves para el mapa de una comunicación plural y democrática: las políticas públicas de comunicación”, de Aimée Veja Montiel. Trejo Delarbre discorre sobre realidades particulares de seu país, como, por exemplo, o poder político exercido pela Televisa, que é proporcional ao declínio do poder do Estado mexicano sobre os meios de comunicação. Veja Montiel delinea questionamentos gerais acerca das políticas de comunicação e suas dificuldades de desenvolvimento, nada adiantando, segundo ela, pensar em regular os meios e controlar seus efeitos (que podem ser perversos) se não existir o enfrentamento do problema da atomização atual de se pensar a cidadania.

No terreno português, Jorge Pedro Sousa problematiza o conteúdo gerado pelo serviço público de seu país, afirmando que empresa pública não é sinônimo de qualidade e enfatizando que o serviço público de televisão “deveria ser concessionado urgentemente a operadores privados”. Em “Do funcionamento dos *media* à crise da modernidade: o espaço público e os seus simulacros”, Moisés de Lemos Martins, também de Portugal, faz um ensaio sobre as questões filosóficas da modernidade tardia e da postura dos *media* nesse contexto “próspero” das tecnologias da informação.

Coube a Sérgio Mattos realizar “Um balanço sobre os mecanismos de censura no Brasil” e permitir ao leitor, além do abrangente levantamento histórico, avançar na questão atual de que o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das estruturas burocráticas governamentais podem criar outra natureza de censura, “mais sutil e complexa”.

Ao término da leitura da obra surge uma instigante vontade de reler Antonio Gramsci, sobre a intelectualidade hegemônica e contra-hegemônica à luz das questões contemporâneas entre Comunicação e Estado, bem como beber da fonte de Michel Foucault, a respeito da genealogia do poder, para comparar e, até mesmo, fundamentar, as idéias levantadas pelos autores de *Estado e Comunicação* sobre a legitimação dos interesses das classes empresariais, no contexto neoliberal de estados na-

cionais em declínio em decorrência, principalmente, do fortalecimento dos conglomerados midiáticos.

Neste sentido, segundo o diagnóstico levantado por César Bolaño, de que a hegemonia cultural, o controle da informação e o poder de censura passam das mãos do Estado para minorias empresariais, que se tornam responsáveis pelo debate público, como esferas políticas de decisões, tal apropriação gera desdobramentos perigosos para a manutenção da democracia. Pois, se o regime é submetido às leis de intervenção dos controladores dos grandes meios de comunicação, que são oligarquias que controlam o próprio poder de veto do Estado nacional aos seus interesses, a ruptura da lógica do ciclo liberal está na organização dos atores não-hegemônicos, que devem ser conscientes da necessidade de uma comunicação liberada mas comprometida com o controle de cunho democrático.

Ingrid Gomes

Jornalista, pós-graduada em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestra e doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.